



CONSELHO

Conselho diretor

Ricardo Sennes (presidente)
Marcos Lisboa
Sergio Leitão

Conselho científico

Rudi Rocha (presidente)
Ariaster Chimeli
Izabella Teixeira
Marcelo Paixão
Marcos Lisboa

Conselho fiscal

Plínio Ribeiro (presidente)
Fernando Furriela
Zeina Latif

**CRÉDITOS DA
PUBLICAÇÃO**

**Coordenação
editorial**

Marcelo Coppola

Edição de texto

Sergio Leitão
Marcelo Coppola

Edição de arte

FIB | Fábrica de
Ideias Brasileiras

Revisão

Página Viva

EQUIPE

Diretor executivo

Sergio Leitão

Diretoras de pesquisa

Juliana Luiz
Larissa Rodrigues

Gerente de pesquisa

Rafael Giovanelli

**Gerente de
comunicação**

Marcelo Coppola

**Coordenador
administrativo**

Rafael Cardoso

**Coordenadora
de redes sociais**

Gabriela Matos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

11

ESTUDOS E SEUS DESDOBRAMENTOS

22

CÁTEDRA ESCOLHAS DE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

33

COMUNICAÇÃO

44

ARTICULAÇÃO E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

55

PROCESSOS INSTITUCIONAIS

66



1

2

3

4

5

6



APRESENTAÇÃO





Dez anos de Escolhas. Com os olhos no futuro.

No ano em que celebrou dez anos de existência, o Instituto Escolhas reafirmou a essência que o define desde o início: produzir conhecimento sobre os principais problemas socioambientais do país e colaborar com políticas públicas que ajudem a superá-los.

Nas páginas deste relatório, você constatará o sucesso dessa missão em 2025. Estudos sobre mineração, sistemas alimentares, Caatinga, restauração florestal, financiamento climático e bioeconomia pautaram o debate público e contribuíram para decisões relevantes à sociedade brasileira.

Munido de seus estudos, o instituto ajudou gestores a formatarem políticas públicas e congressistas a redigirem projetos de lei. Viu, com enorme satisfação, dados levantados por seus pesquisadores servirem de base para decisões importantes da Justiça brasileira.

O Escolhas apresenta este relatório com o entusiasmo de quem está apenas começando. Que venham os próximos dez anos!

Boa leitura!

Equipe Escolhas

Há 10 anos o Instituto Escolhas vem articulando a implementação de propostas



INSTITUTO
ESCOLHAS

1

2

3

4

5

6





ESTUDOS E SEUS DESDOBRAMENTOS

2

Todos os dados e publicações produzidos pelo Escolhas estão disponíveis para download em nosso site.





MINERAÇÃO

O Escolhas investiga práticas ilegais na mineração e seus impactos sociais e ambientais desde o início desta década. Nesse curto período, os estudos do instituto se tornaram referência obrigatória em debates e decisões sobre o setor.

Em 2025, vieram dois reconhecimentos importantes da Justiça brasileira. Em 21 de março, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, pelo fim definitivo da boa-fé no comércio do ouro – instrumento que favorecia a ilegalidade e que estava proibido por medida cautelar desde 2023. Na sentença histórica, o tribunal citou dados levantados pelo instituto.

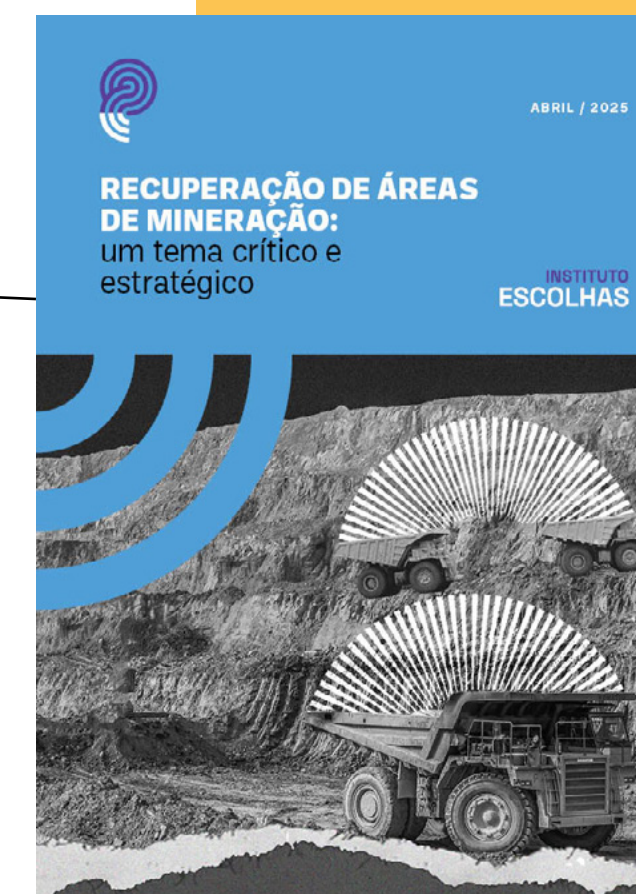
Uma decisão que, somada à obrigatoriedade das notas fiscais eletrônicas na comercialização do ouro a partir de 2023, contribuiu para a queda da produção oficialmente registrada pelos garimpos. No ano passado, o volume produzido do metal foi 81% menor do que em 2022, antes da adoção dessas medidas.

Estudo do Escolhas foi citado também em sentença da 2ª Vara Federal Cível de Roraima, que condenou a União a indenizar o povo Yanomami por danos sociais e morais coletivos provocados pelo garimpo ilegal na

terra indígena. Em sua decisão, o juiz Diego Carmo de Souza mencionou pesquisa do instituto segundo a qual 185 toneladas de mercúrio ilegal foram usadas em garimpos na Amazônia.

Novos estudos do Escolhas enriqueceram o debate sobre os caminhos para uma mineração responsável. Em abril, o instituto trouxe levantamento sobre áreas degradadas pela mineração. A partir de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), o estudo apontou que 11% das 36,3 mil minas autorizadas no país apresentam indícios de abandono, deixando para a sociedade prejuízos ambientais, sociais e financeiros.

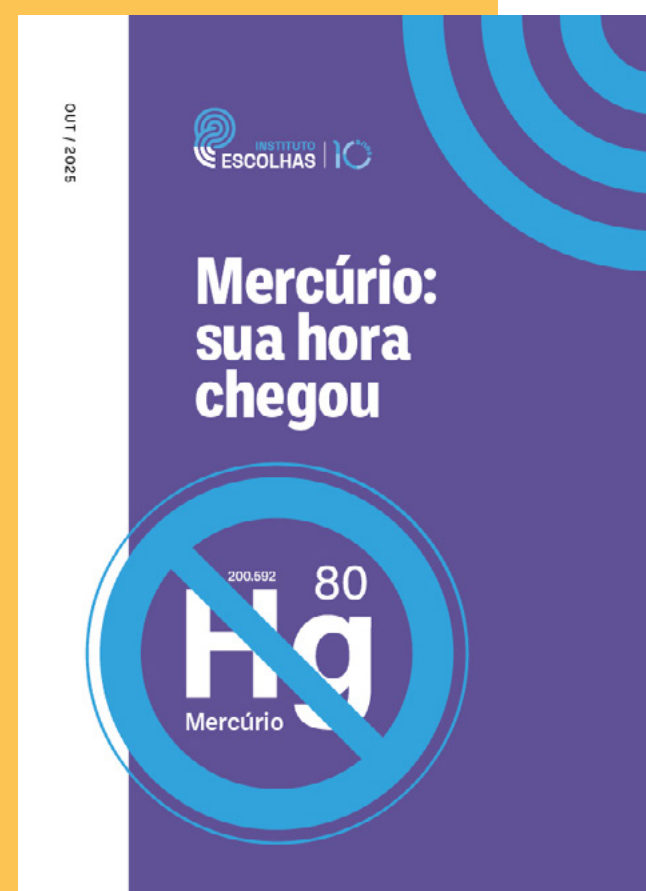
Em setembro, publicação do Escolhas destacou a necessidade de o país criar um sistema de rastreabilidade na mineração. Conforme mostra o estudo, um sistema que garanta registros de produção, processamento, refino, manuseio, custódia e transporte dos minerais, desde as minas de origem até as exportações, é importante não apenas para a proteção do meio ambiente e das comunidades locais, mas também para reforçar a competitividade das empresas brasileiras no mercado global.



Recuperação de áreas de mineração: um tema crítico e estratégico
ABRIL/2025



Rastreabilidade: a ferramenta crítica para o futuro dos minerais
SETEMBRO/2025



**Mercúrio:
sua hora chegou**
OUTUBRO/2025



Em outubro, uma publicação do Escolhas mostrou ser fundamental a definição de um prazo para a eliminação do mercúrio nos garimpos. Segundo a Convenção de Minamata, tratado global que visa proteger a saúde humana e o meio ambiente dos efeitos do metal, o Brasil deveria ter apresentado seu Plano de Ação Nacional para lidar com o mercúrio em 2020, compromisso que não cumpriu até hoje.

O Escolhas é hoje um interlocutor obrigatório nos debates sobre mineração responsável. Em maio, Larissa Rodrigues esteve presente no Forum on Responsible Mineral Supply Chains da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em novembro, Sergio Leitão e Larissa Rodrigues estiveram na Conferência das Partes da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (COP-6) e na reunião anual do Forum on Mining, Minerals, Metals and Sustainable Development (IGF), ambos em Genebra (Suíça).

No Brasil, destaque para os dois debates sobre mineração realizados pelo jornal Correio Braziliense em parceria com o Instituto Escolhas, no auditório do jornal em Brasília. Com a presença de autoridades, representantes de mineradoras e especialistas, o primeiro evento, realizado em junho, discutiu os desafios da agenda de minerais estratégicos. O segundo, em outubro, debateu controles sobre o uso de mercúrio e o futuro da extração de ouro.

Em setembro, no Fórum Brasileiro pelo Ouro Responsável, organizado em Brasília pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e pelo Conselho Mundial do Ouro, Larissa Rodrigues apresentou os resultados do estudo “Rastreabilidade: a ferramenta crítica para o futuro dos minerais”, destacando as medidas regulatórias de que o setor mineral necessita. Ao final, a ANM deu aval à publicação, na qual aparece como apoiadora institucional.

Em novembro, o Escolhas organizou uma programação especial dentro da Expominério, uma das maiores feiras de mineração do país, realizada em Cuiabá (MT), para discutir a transição para o fim do uso do mercúrio nos garimpos. Em várias mesas de debate, representantes do governo, do setor produtivo e de cooperativas discutiram políticas do setor, questões regulatórias e soluções tecnológicas. Ao abrir o evento, Larissa Rodrigues destacou que já existem tecnologias capazes de eliminar o uso do metal nos garimpos sem perda de produtividade. Ela reforçou que o Brasil precisa avançar rumo à proibição do uso do metal com um programa de transição que garanta apoio, capacitação e tecnologia ao setor.

**Larissa Rodrigues
ao abrir programação
especial na Expominério
sobre o uso do mercúrio
nos garimpos**



**Larissa Rodrigues durante
fórum da OCDE sobre
Cadeias de Abastecimento
de Minerais Responsáveis**





A queda da boa-fé*

Entre 2015 e 2021, o Brasil comercializou

282 toneladas de ouro com indícios de ilegalidade

Em 2021, os indícios de ilegalidade chegaram a

54% da produção nacional

Após a suspensão da boa-fé, em 2023, a produção de ouro oficialmente registrada pelos garimpos

↓ caiu 45%

Nos sete primeiros meses de 2024, a queda foi ainda mais acentuada, chegando a

84% em comparação com o mesmo período em 2022

Siga a trilha e entenda como o Brasil avançou no combate ao ouro ilegal



Era um mecanismo, presente na Lei 12.844/2013, que incentivava o comércio de ouro ilegal: bastava o vendedor dizer que o ouro era legal (mesmo não sendo) e o comprador fingir que acreditava. Ninguém era responsabilizado.



2022	4 DE FEVEREIRO O Escolhas publica o estudo “Raio X do Ouro: mais de 200 toneladas podem ser ilegais”, mostrando os dados, as conexões empresariais e pessoais na cadeia do ouro e os conflitos de interesse que incentivavam o comércio ilegal.	OUTUBRO O Escolhas e o Observatório do Clima elaboram o esqueleto da futura ação judicial. O Observatório do Clima leva a proposta aos partidos políticos que podem acionar o Supremo Tribunal Federal (STF).	18 DE NOVEMBRO Os partidos PSB e Rede-Sustentabilidade apresentam no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), pedindo o fim da boa-fé. O Ministro Gilmar Mendes é definido como o relator da ação, a ADI 7273.	2023	6 DE FEVEREIRO O Escolhas, o Observatório do Clima, o Greenpeace e a ABRAMPA solicitam sua entrada formal como parte da ADI 7273.
	2024	19 DE SETEMBRO O Escolhas publica o estudo “Ouro em choque: medidas que abalaram o mercado”, mostrando os efeitos da decisão.	3 DE MAIO Por unanimidade, os ministros do STF aprovam e referendam a decisão de suspender a boa-fé.		4 DE ABRIL O Ministro Gilmar Mendes suspende a boa-fé por meio de uma medida cautelar. Dados do Escolhas são citados no relatório do Ministro Gilmar Mendes apresentado aos demais ministros.
		2025	14 A 21 DE MARÇO A ADI 7273 é votada em caráter definitivo.		14 DE MARÇO Dados do Escolhas são, mais uma vez, citados no relatório e no voto do Ministro Gilmar Mendes pelo fim da boa-fé.



SISTEMAS ALIMENTARES

Por ocupar 47,5% da área cultivada no país (2024), a soja pode ser a grande protagonista da transição da agricultura brasileira para modelos mais sustentáveis e adaptados à crise climática. Dois estudos lançados pelo Instituto Escolhas revelaram o esgotamento do modelo produtivo da principal commodity agrícola brasileira e apontaram os caminhos para superá-lo.

Lançado em junho, o primeiro estudo mostrou que, em 1993, os produtores brasileiros usavam 1 kg de agrotóxico por hectare para produzir 23 sacas de soja. Em 2023, a mesma quantidade do insumo foi suficiente para produzir apenas sete sacas. Em 1993, uma tonelada de fertilizantes químicos produzia 517 sacas de soja, quantidade que caiu para 333 em 2022. Por depender cada vez mais de insumos químicos, o atual modelo de produção corrói a renda dos produtores.

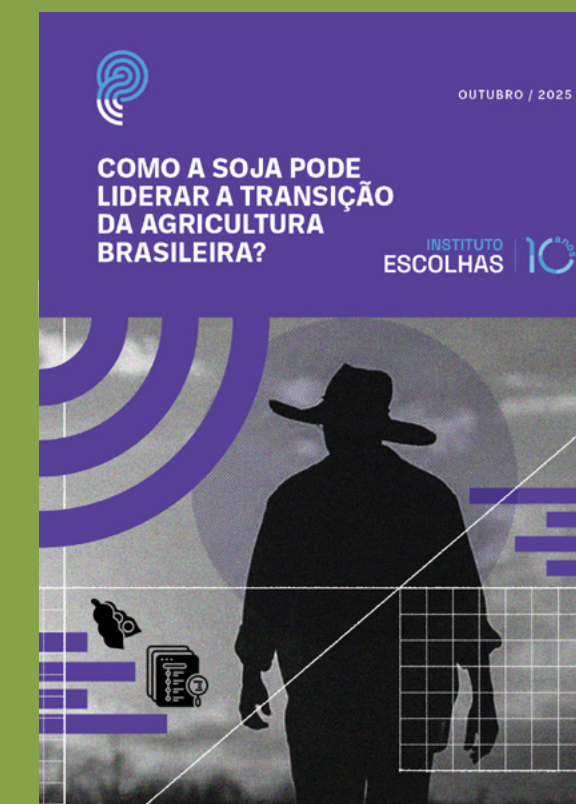
O segundo estudo, lançado em outubro, revelou que a principal razão para o aumento expressivo no uso de herbicidas na cultura da soja é a ampla adoção do chamado plantio direto incompleto, que não é acompanhado de procedimentos importantes para a regeneração do solo, o que favorece a proliferação de plantas daninhas. Em 30 anos o uso de herbicidas na produção de soja cresceu 2.274%. Para mudar essa realidade, é necessária a adoção do Sistema de Plantio Direto, que combina práticas integradas da agricultura sustentável, como o revolvimento mínimo do solo, rotação de culturas e cobertura permanente do solo.

Os dois estudos viraram tema de discussão entre empresários do setor e estudiosos da agricultura brasileira. Colaborou na divulgação das pesquisas o evento “A soja e os desafios da transição da agricultura brasileira”, realizado em setembro pelo jornal Correio Braziliense em parceria com o Escolhas. Jaqueline Ferreira e Juliana Luiz, do Escolhas, apresentaram os dados dos estudos e os discutiram com representantes de entidades do setor e especialistas.

Se a soja pode liderar a transição da agricultura brasileira, conforme apontam as pesquisas do Escolhas citadas acima, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem um papel fundamental na adoção de modelos de produção mais sustentáveis e adaptados aos desafios da crise climática.



Brasil como líder mundial em produção de soja: até quando e a que custo?
JUNHO/2025



Como a soja pode liderar a transição da agricultura brasileira?
OUTUBRO/2025



O consultor agrônomo Sérgio Pimenta, Juliana Luiz (centro) e Jaqueline Ferreira durante trabalho de campo em fazenda de Goiás



JULHO 2025

SEM ATER NÃO TEM TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA

Um mapeamento de leis, normas e políticas federais realizado pelo Instituto Escolhas mostra que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é indispensável para implementação de diversas políticas públicas de transformação do campo e de atividades econômicas como a agricultura, pecuária, manejo florestal, entre outras.

Esse entendimento já estava presente na Constituição de 1988, que reconheceu a ATER como um dos elementos estruturantes da política agrícola, a ser considerada no seu planejamento e execução, assim como o crédito rural, o seguro agrícola e o incentivo à pesquisa e à tecnologia. Apesar disso, a ATER não é tratada como prioridade pelos governos, não obtendo a mesma atenção do que o crédito rural, por exemplo.

O desprestígio da política de ATER é mais preocupante em um contexto de agravamento da crise climática e necessidade de transição para modelos de produção mais sustentáveis, regenerativos, de baixo carbono e que promovam justiça social.

O Instituto Escolhas mapeou 92 leis, normas e políticas federais vigentes que citam a ATER como instrumento de implementação¹, para além daquelas que regulamentam especificamente a política pública de ATER, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNAATER. São mais de 30 órgãos e entidades públicas que precisam de ATER para implementar suas políticas, planos e programas. Veja alguns exemplos:

TEMAS	LEIS, NORMAS E POLÍTICAS FEDERAIS
AGROPECUÁRIA	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro)
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNIAB) Programa Aquilomba Brasil Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)
COMUNICAÇÃO	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Plano Amazônia Sustentável (PAS), Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste
MEIO AMBIENTE	Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo

QUEM PODE PAGAR POR ATER DE QUALIDADE, AVANÇA. QUEM NÃO PODE, FICA PARA TRÁS

Políticas públicas e demais iniciativas que ofertam acesso gratuito à ATER no Brasil hoje têm alcance limitado. Dentre os mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes no país, 80% declararam não receber ATER em 2017². A situação é ainda mais grave nas regiões Norte e Nordeste e entre os agricultores familiares.

PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE NÃO RECEBEM ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, BRASIL E REGIÕES - 2017

SUL	61%
SUDESTE	71%
CENTRO-OESTE	76%
NORTE	90%
NORDESTE	92%
BRASIL	80%

VOCÊ SABIA? A ATER É TAMBÉM FUNDAMENTAL PARA DAR RESPOSTA A EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

Em maio de 2024, as enchentes no Rio Grande do Sul que causaram dezenas de mortes e deixaram milhares de desabrigados também impactaram propriedades rurais. De acordo com a EmaterRS, mais de 206 mil propriedades sofreram perdas na produção, infraestrutura e qualidade das áreas antes cultiváveis. Em um dos atos de destinação de crédito extraordinário do governo federal (recurso reservado para situações urgentes, como as de calamidade pública) para o estado, R\$ 10,6 milhões foram direcionados para a ATER.

1. Instituto Escolhas. Mapeamento de ATER no Brasil. Disponível em: <https://www.escolhas.org.br/pt-br/publicacoes/mapeamento-de-ater-no-brasil>. Acesso em: 10/07/2025.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuario 2017. Brasília, 2018. Disponível em: <https://cbsa.censo.gov.br/>. Acesso em: 10/07/2025.

APOIO:

Levantamento do Escolhas divulgado em julho identificou 92 leis, normas e políticas federais que citam a ATER como instrumento de implementação, em atividades econômicas como a agricultura, a pecuária e o manejo florestal. Mais de 30 órgãos e entidades públicas precisam dos serviços de ATER para implementar suas políticas.

O problema é que as políticas públicas e demais iniciativas que ofertam acesso gratuito à ATER no Brasil hoje têm alcance limitado. Dentre os mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes no país, 80% declararam não receber ATER em 2017, ano do último censo agropecuário. A situação é ainda mais grave nas regiões Norte e Nordeste e entre os agricultores familiares.

Para mudar essa realidade, Jaqueline Ferreira participou, em Brasília, de discussões com o ministro Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar) e com sua equipe sobre a minuta do Projeto de Lei do Sistema Unificado de Assistência Técnica e Extensão Rural (Suater). Graças à intervenção do instituto, foi reforçada no PL a importância da ATER na adaptação dos sistemas agroalimentares às mudanças climáticas.

Jaqueline Ferreira (primeiro plano, à esquerda) em reunião no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, em Brasília



Sem ATER não tem transição da agricultura

JULHO/2025



Os caminhos da comida: o papel do planejamento urbano na transformação do sistema alimentar

MARÇO/2025

Em 2025, o Escolhas continuou a estudar a agricultura urbana e seu papel no abastecimento da população local e na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Dessa vez, o foco foram os municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e do Litoral Paranaense. Essas cidades produziram, em 2022, o suficiente para alimentar 3,5 milhões de pessoas, quase toda a população da região (3,9 milhões).

Segundo a pesquisa, com o apoio de políticas de planejamento urbano, esses municípios podem avançar na transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis. O estudo resultou de uma parceria entre o Escolhas, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) da Prefeitura de Curitiba.



O prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel, Sérgio Leitão e a presidente do Ippuc, Ana Jayme, no lançamento do estudo “Os caminhos da comida: o papel do planejamento urbano na transformação do sistema alimentar”



BIOECONOMIA

Os pesquisadores do Escolhas se debruçaram em 2025 sobre duas atividades que possuem enorme potencial econômico e são capazes de gerar emprego e renda em regiões onde isso é especialmente necessário, mas que enfrentam entraves legais ao seu desenvolvimento.

Uma delas é o cultivo do cânhamo, proibido até janeiro de 2026, quando a Anvisa aprovou a regulamentação da produção da planta para fins medicinais e farmacêuticos. A decisão, que só aconteceu após determinação da Justiça, era aguardada há anos pelas associações de pacientes, que, municiadas de pesquisas, buscavam convencer o poder público dos benefícios da medida. O Escolhas contribuiu com esse esforço ao lançar, em junho, estudo no qual projetou o potencial econômico e social do cânhamo.

Segundo o levantamento, a procura por medicamentos à base de cannabis pode crescer 494% até 2030, atingindo 20 toneladas de óleo de canabidiol destinadas a 2,1 milhões de pessoas – em 2023, 430 mil pacientes usaram a substância. Para atender à demanda, o país precisará investir R\$ 603 milhões. O retorno deve alcançar R\$ 4 bilhões, com a geração de 10 mil empregos.

A regulamentação da Anvisa não altera a proibição do uso da planta para outros objetivos, como a produção de tecidos, papéis e materiais para a construção. Conforme mostra o estudo do Escolhas, o Brasil ganharia muito mais se a regulamentação fosse mais ampla. O mercado internacional de sementes da planta, utilizadas na produção de alimentos, deve crescer 264% até 2030. O mercado de fibras, usadas para fazer papéis e tecidos, aumentará 26%. Os dados foram incluídos no relatório “Caminhos Regulatórios para o Cânhamo no Brasil”, lançado pela Embrapa e pelo Instituto Ficus.

Outra atividade da bioeconomia cujo desenvolvimento é travado por entraves legais é a piscicultura na Amazônia. Os pequenos produtores, a grande maioria a exercer a atividade na região, têm dificuldade de cumprir duas etapas fundamentais para a regularização de seus empreendimentos,

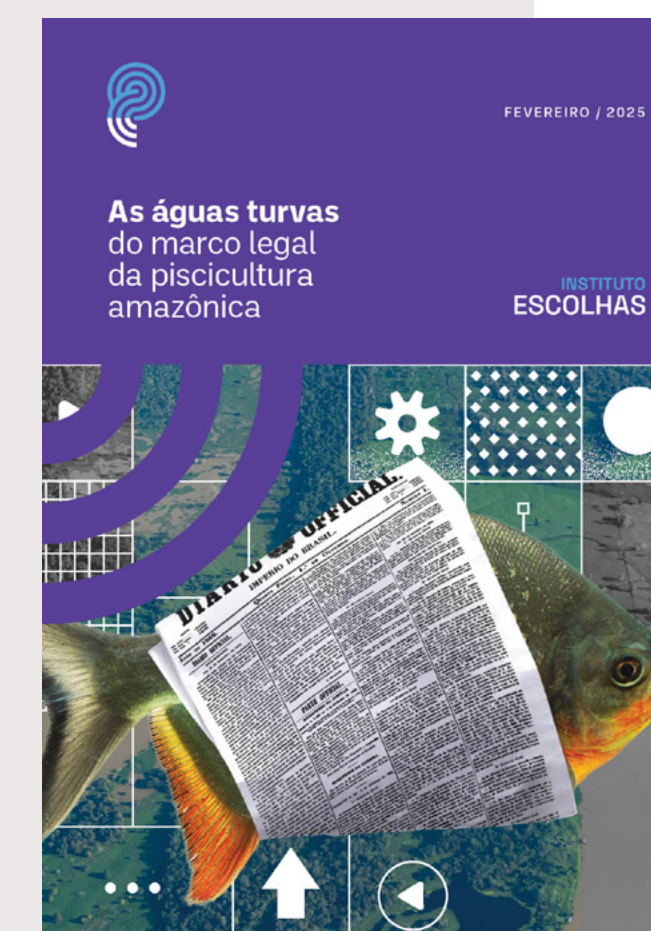
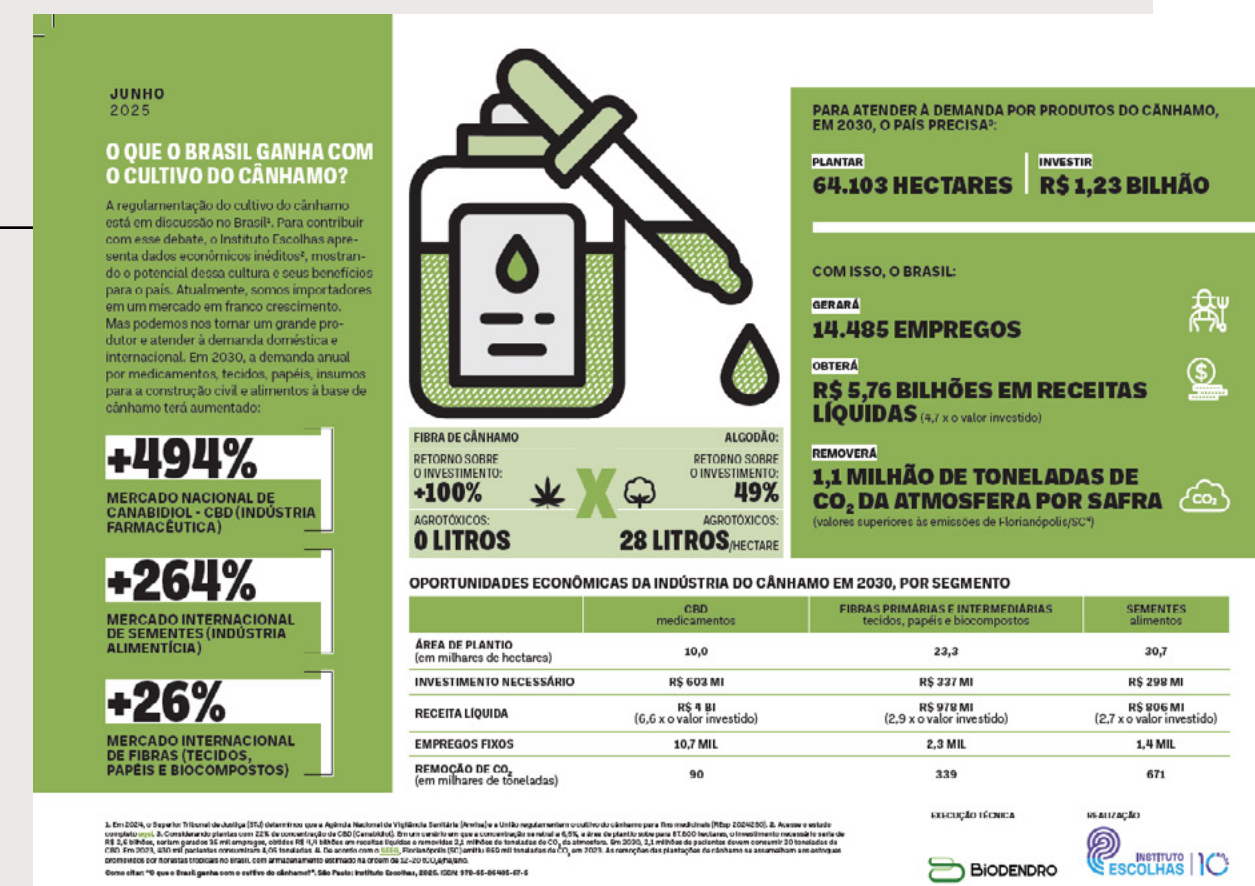
o licenciamento ambiental e a obtenção da outorga de direito de uso dos recursos hídricos.

Por conta disso, eles não conseguem acessar políticas públicas, como o crédito rural, o desconto na fatura de energia elétrica e o acesso à comercialização em mercados institucionais, de acordo com pesquisa do Escolhas divulgada em fevereiro. O levantamento mapeou o marco regulatório nos nove estados da Amazônia Legal e concluiu que é preciso promover mudanças na legislação para que a atividade possa prosperar na região.

O estudo propõe sete medidas para atualizar o arcabouço jurídico da piscicultura na região. Entre elas, a simplificação dos processos de licenciamento ambiental para projetos de baixo potencial de impacto e a criação de sistemas online para a outorga de direito de uso dos recursos hídricos que possam ser alimentados com documentos e registros fotográficos.



O que o Brasil ganha com o cultivo do cânhamo? JUNHO/2025



As águas turvas do marco legal da piscicultura amazônica FEVEREIRO/2025



No final de agosto, veio uma boa notícia para a biodiversidade e para os povos e comunidades tradicionais do Brasil. O Conselho de Gestão e Patrimônio Genético (CGEN), do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, publicou uma resolução que cria uma base de dados sobre Conhecimento Tradicional Associado (CTA). Os conhecimentos tradicionais são saberes e práticas coletivos, transmitidos entre gerações e profundamente ligados ao território e à natureza.

A proposta de uma base de dados foi elaborada e apresentada ao CGEN pelo Instituto Escolhas em 2023. Busca enfrentar um dos maiores gargalos no cumprimento da Lei 13.123/2015: garantir rastreabilidade e monitoramento adequados para o uso desses conhecimentos. Com a nova base, será possível avançar na proteção de direitos dos povos e comunidades tradicionais detentores desse conhecimento e no fortalecimento da bioeconomia.

Em 2025, o Instituto Escolhas continuou a discutir caminhos para o desenvolvimento da cadeia industrial dos fitoterápicos. Em agosto, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Sergio Leitão e Rafael Giovanelli conversaram sobre o tema com a Secretária de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, Júlia Cruz, e com o especialista Lucas Ramalho.

O instituto contribuiu para a inclusão, no Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), da meta de elevar a participação dos fitoterápicos fabricados no Brasil para 5% do faturamento total do mercado farmacêutico nacional até 2035. Com isso, a expectativa é que o faturamento do setor de fitoterápicos chegue a R\$ 10 bilhões, contribuindo para a valorização da biodiversidade brasileira, a geração de empregos e a ampliação do acesso à saúde.



Sergio Leitão e Rafael Giovanelli com Júlia Cruz, secretária de Economia Verde, e o especialista Lucas Ramalho, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços



CAATINGA

O Escolhas, municiado pelas informações de suas pesquisas, manteve durante o ano uma atividade intensa no Congresso Nacional em favor do Projeto de Lei nº 1990/2024, que institui a Política Nacional para a Recuperação da Vegetação da Caatinga. Em junho, o instituto comemorou a aprovação do PL pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Em setembro, foi a vez de a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) referendar o texto.

De autoria da ex-senadora Janaína Farias (PT/CE), elaborado com o apoio técnico do Escolhas, o PL 1990/2024 cria instrumentos para a recuperação das áreas desmatadas na Caatinga. A proposta traça objetivos para a ampliação da produção sustentável de alimentos, da bioeconomia e do manejo florestal sustentável na região. Busca ainda garantir a segurança hídrica e a melhoria da qualidade da água no bioma.

Com a aprovação em caráter conclusivo na CCJ, o PL voltou ao Senado para análise de acréscimo feito ao projeto pela Câmara dos Deputados. Em maio de 2026, a Comissão de Meio Ambiente e o plenário do Senado confirmaram o texto original aprovado na Casa. Em 10 de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o projeto.

Sergio Leitão entrega à ministra Marina Silva (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima) estudo do Escolhas sobre a recuperação da Caatinga



Rafael Giovanelli e o deputado Fernando Mineiro (PT-RN), que relatou o PL1990/2024 na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados



RESTAURAÇÃO FLORESTAL

Ao assinar o Acordo de Paris em 2015, o Brasil se comprometeu a recuperar 12 milhões de hectares de florestas. Pelos resultados alcançados até agora, o país parece não ter levado essa promessa muito a sério. Até agora, foram restaurados pouco mais de 200 mil hectares.

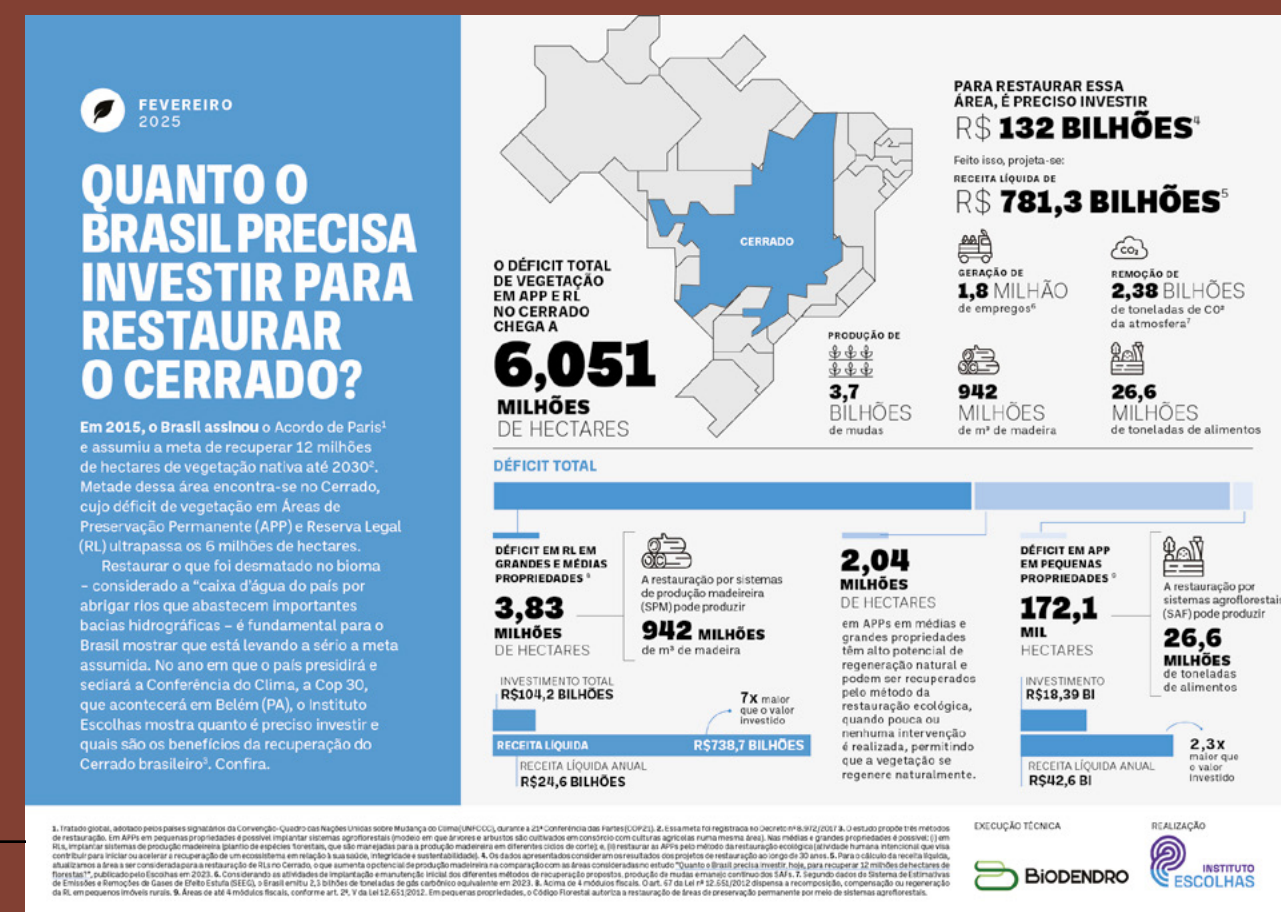
Os avanços tímidos mostram que ações pontuais não bastam. É necessário vontade política, um novo arcabouço institucional e uma grande mobilização de recursos. Um esforço que vale a pena, conforme mostram estudos do Escolhas lançados durante o ano.

Em fevereiro, publicação sobre o Cerrado mostrou que o déficit de vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) no bioma ultrapassa os 6 milhões de hectares. O levantamento mostrou que o investimento de R\$ 132 bilhões em restauração florestal resultará numa receita líquida de R\$ 781 bilhões, com a geração de 1,8 milhão de empregos, a produção de 26,6 milhões de toneladas de alimentos e de 942 milhões de metros cúbicos de madeira.

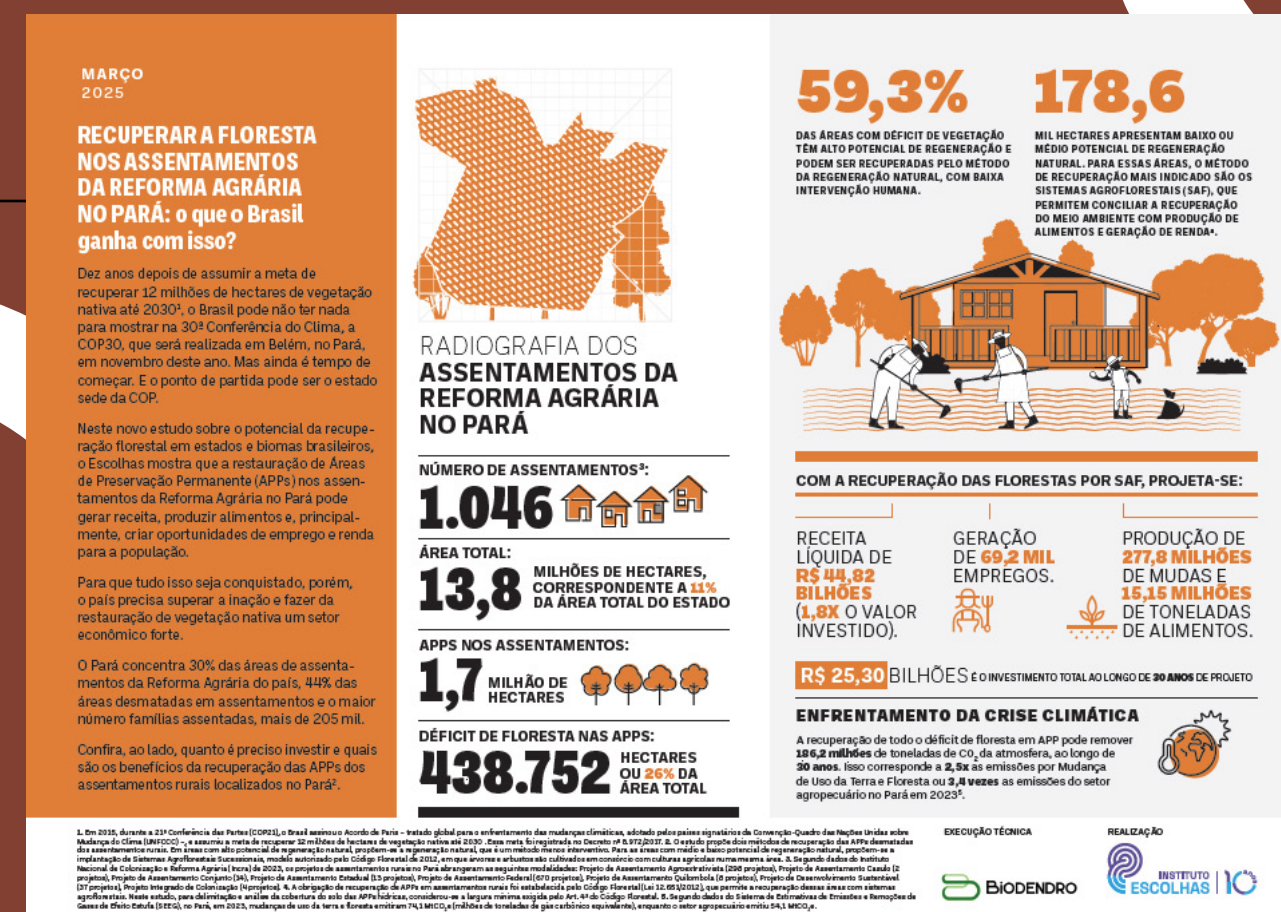
Em março, outro estudo do Escolhas mostrou o potencial econômico e social da restauração de APPs nos assentamentos da reforma agrária no Pará, estado que sediaria no final do ano a 30ª Conferência do Clima, a COP30. Lá estão concentradas 44% das áreas desmatadas em assentamentos no país e o maior número de famílias assentadas, mais de 205 mil.

De acordo com o levantamento do Escolhas, um investimento de R\$ 25,3 bilhões ao longo de 30 anos resultará numa receita de R\$ 44,8 bilhões, na geração de 69,2 mil empregos e na produção de 277,8 milhões de mudas e de 15 milhões de toneladas de alimentos, entre frutas, legumes e verduras.

Os estudos do Escolhas sobre a implantação de sistemas agroflorestais em assentamento rurais inspiraram a criação do Programa



Quanto o Brasil precisa investir para restaurar o Cerrado? FEVEREIRO/2025



Recuperar a floresta nos assentamentos da reforma agrária no Pará: o que o Brasil ganha com isso? MARÇO/2025



Rafael Giovanelli (no palco, à esq.) participa de evento na COP30, em Belém (PA), no qual foi apresentada a Calculadora Climática dos Povos Indígenas



Nacional Florestas Produtivas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Iniciado no Pará, com foco em 1,6 mil famílias de agricultores familiares, o programa foi um dos destaques apresentados pelo governo federal durante a COP30, realizada em Belém (PA).

Também na COP30, a Secretaria dos Povos Indígenas (Sepi) do Pará apresentou a Calculadora Climática dos Povos Indígenas, desenvolvida com a assessoria técnica do Escolhas. Com poucos cliques, a ferramenta permite calcular o tamanho das áreas desmatadas em cada terra indígena localizada no Pará, o investimento necessário para recuperá-las e o potencial de obtenção de receita com créditos de carbono e produtos agroflorestais. O instituto lançou em novembro estudo mostrando potencial de recuperação florestal das terras indígenas Alto Rio Guamá, Apyterewa, Kayapó e Munduruku.

A parceria que o Escolhas firmou com a Sepi em 2024 e 2025 contribuiu para o fortalecimento institucional da secretaria. Um processo que culminou no anúncio histórico feito pelo governo do Pará em fevereiro de 2026. Por meio de decreto, determinou que a Sepi passe a integrar o Conselho Gestor do Fundo da Amazônia Oriental (FAO), instrumento estratégico de financiamento ambiental. Uma conquista importante dos povos indígenas do Pará.

NOVEMBRO 2025

RECUPERAÇÃO FLORESTAL NAS TERRAS INDÍGENAS DO PARÁ: cultivando alimentos com a floresta viva

As Terras Indígenas (TIs) têm resistido a invasões e pressões constantes em suas fronteiras e seguem sendo as áreas mais preservadas do país. Mesmo assim, o Pará abriga quase meio milhão de hectares (ha) desmatados em Terras Indígenas. Recuperar essas áreas é fundamental para o enfrentamento da emergência climática, além de ser um caminho promissor para produzir alimentos e gerar renda para os povos indígenas.

Para que essa ideia se torne realidade, a Secretaria dos Povos Indígenas do Pará elaborou, com a assessoria técnica do Instituto Escolhas, a **Calculadora Climática dos Povos Indígenas**. Com poucos cliques, a ferramenta permite calcular o tamanho das áreas desmatadas em cada TI localizada no Pará, o investimento necessário para recuperá-las e o potencial de obtenção de receita com créditos de carbono e produtos agroflorestais.

As Terras Indígenas Alto Rio Guamá, Apyterewa, Kayapó e Munduruku passaram recentemente por desmatamento, que é a retirada de invasores responsáveis por colocar estas TIs entre as mais desmatadas do país. Além disso, essas terras estão entre as mais atingidas pela seca e incêndios em 2024. O cálculo feito para essas quatro terras indígenas mostra que, ao recuperá-las com espécies nativas e agroflorestais, os povos indígenas podem manter sua cultura viva, obter renda e alimentos. Os números neste documento mostram que a recuperação das terras indígenas paranaenses vai a péna.

TERRA INDÍGENA ALTO RIO GUAMÁ

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DESMATADAS
No TI Alto Rio Guamá, **33.364 hectares** foram desmatados (12% da Terra Indígena). **21.466 hectares** podem ser recuperados por projetos de Afloramento, Reflorestamento e Revegetação (projetos de carbono ARR).

Desse total, **12.094 hectares** possuem alto potencial de regeneração natural e podem ser recuperados pela regeneração assistida, técnica de recuperação natural de florestas que precisa de pouca participação humana.

Isso removerá **5,6 milhões de toneladas de carbono da atmosfera e pode gerar R\$ 283 milhões em receita bruta** (sem descontos de impostos e outros custos) com créditos de carbono.

Os outros **8.382 hectares** têm baixa capacidade de regeneração natural, mas podem ser recuperados com agroflorestas.

Isso removerá **4,3 milhões de toneladas de carbono da atmosfera e gerará R\$ 233 milhões em receita bruta com créditos de carbono**.

Além disso, produzirá **1,2 milhão de toneladas de alimentos**, cuja comercialização pode gerar **R\$ 2 bilhões em receita líquida** em 30 anos, a partir de um investimento inicial estimado em R\$ 209 milhões.

CONSERVAÇÃO DA FLORESTA E CRÉDITOS DE CARBONO (REDD+)
A TI Alto Rio Guamá ainda possui **231 mil hectares elegíveis** para projetos baseados na conservação e uso sustentável de florestas que estão em pé.

A conservação dessas florestas pode evitar entre **736 mil e 1,3 milhão de toneladas de CO₂** por ano, gerando **renda líquida anual** que pode variar de **R\$ 16,2 a 29,1 milhões ao povo indígena**.

INVESTIMENTO TOTAL:

- IMPLANTAÇÃO DAS AGROFLORESTAS: R\$ 47 milhões (R\$ 29 mil/ha)
- CERTIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS ARR: R\$ 850 milhão
- CERTIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS REDD+: R\$ 850 mil a R\$ 1,5 milhão/ano

RETORNOS TOTAIS:

- R\$ 616 MILHÕES em créditos ARR em 30 anos, com uma receita líquida de R\$ 480 milhões
- R\$ 70 MILHÕES/ANO com produtos agroflorestais
- R\$ 16,2 a 29,1 MILHÕES/ANO em créditos REDD+

Fonte: Estudo "RECUPERAÇÃO FLORESTAL NAS TERRAS INDÍGENAS DO PARÁ: cultivando alimentos com a floresta viva" | 454 Povos Indígenas Brasileiros, 2024. 100% FIM DE DEBITO 0% E

ANEXO

REALIZAÇÃO

REALIZAÇÃO

NIA TERO

BIODENDRO

SECRETARIA DE TERRAS INDÍGENAS DO PARÁ

INSTITUTO ESCOLHAS | IO

Recuperação florestal nas terras indígenas do Pará: cultivando alimentos com a floresta viva
NOVEMBRO/2025





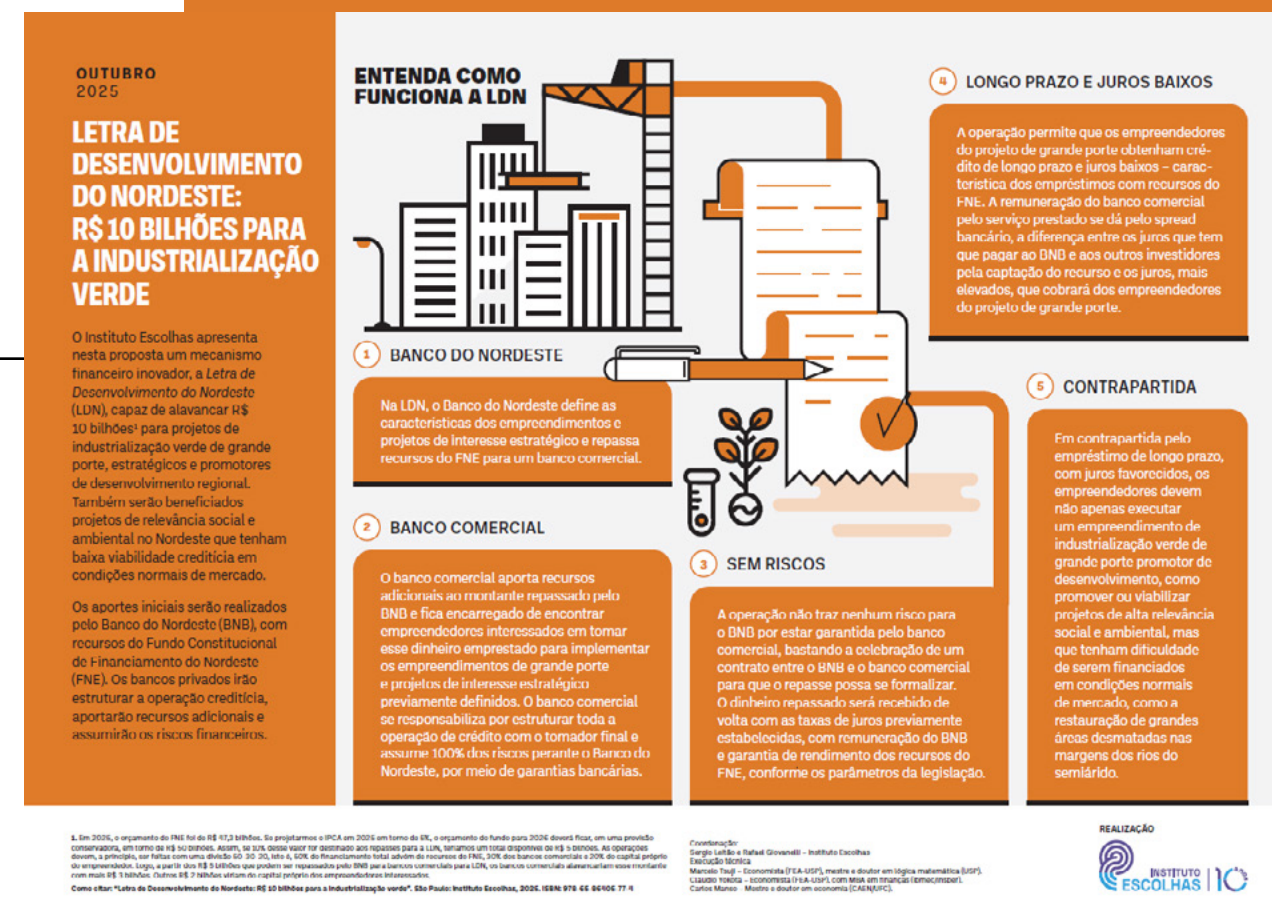
FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Um dos maiores desafios para o enfrentamento das mudanças climáticas é a mobilização de recursos públicos e privados que deem conta da magnitude da tarefa. Para colaborar com esse esforço, o Escolhas apresentou em outubro um instrumento financeiro inovador, a Letra de Desenvolvimento do Nordeste (LDN).

De acordo com a proposta elaborada pelos economistas Marcelo Tsuji, Cláudio Yokota e Carlos Manso, a LDN será capaz de alavancar já em seu primeiro ano R\$ 10 bilhões para projetos de industrialização verde de grande porte, estratégicos e promotores de desenvolvimento regional. Também serão beneficiados projetos de relevância social e ambiental no Nordeste que tenham baixa viabilidade creditícia em condições normais de mercado.

O Banco do Nordeste (BNB) definirá as características dos projetos a serem contemplados e repassará recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para os bancos comerciais interessados. Estes bancos estruturarão a operação creditícia, aportando recursos adicionais e assumindo os riscos financeiros da operação.

O Escolhas, representado por Sergio Leitão e Rafael Giovanelli, apresentou o novo instrumento financeiro para a direção do BNB, em Fortaleza (CE), e para a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em São Paulo, que analisam a proposta. Quando concretizada, será um instrumento poderoso para alavancar recursos para a industrialização verde e para frear e recuperar áreas devastadas da Caatinga, que já sofre um severo processo de desertificação.



Letra de Desenvolvimento do Nordeste: R\$ 10 bilhões para a industrialização verde
OUTUBRO/2025



Rafael Giovanelli e Sergio Leitão durante reunião com o presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara (centro), e diretores da instituição





CÁTEDRA ESCOLHAS DE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE





A Cátedra Escolhas de Economia e Meio Ambiente, único programa de bolsas do país com foco na interface entre economia e meio ambiente, lançou em 2025 um edital inédito voltado ao bioma Caatinga. A edição, aberta a pesquisadores nascidos no Nordeste, concedeu três bolsas em seu primeiro ano.

Na edição voltada para a Amazônia, foram selecionados dois bolsistas. Criada pelo Instituto Escolhas em 2017, a Cátedra concedeu até o final de 2025 44 bolsas de mestrado e doutorado para pesquisadores dedicados a estudar o desenvolvimento socioeconômico e a sua relação com o meio ambiente.

A Cátedra concedeu até o final de 2025 44 bolsas de mestrado e doutorado para pesquisadores

Novos bolsistas da edição voltada para a Amazônia



MARIA ALENCAR

Rondoniense, é graduada em Estatística e mestranda em Economia na UFMT, onde desenvolve o projeto de pesquisa “Modelos de regressão espacial aplicados à investigação dos indicadores dos ODS na Amazônia Legal”.



VALÉRIA RODRIGUES COSTA

Paraense, é graduada em Economia e mestranda em Desenvolvimento Econômico na Unicamp, onde desenvolve o projeto de pesquisa “Estrutura econômica e desigualdade de renda no estado do Pará: uma análise insumo-produto”.



Novos bolsistas da edição voltada para a Caatinga



JOSÉ HENRIQUE COSTA

Baiano, economista e mestrando em Economia na Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolve projeto de pesquisa “Secas e renda familiar na Caatinga”.



KAREN OLIVEIRA

Pernambucana, economista e mestranda em economia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Desenvolve o projeto de pesquisa “Eventos extremos e impactos na população pobre (2013 a 2022)”.



MARIA ROSA DIONÍSIO ALMEIDA

Cearense, economista, com mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará e doutoranda em Economia na Universidade Federal da Bahia. Desenvolve o projeto de pesquisa “Transposição do Rio São Francisco”.

Conquistas da Cátedra Escolhas em 2025



NOVA DOUTORA

CAROLINA SIMÕES

Obteve o título de Doutora em Economia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).



MENÇÃO HONROSA

ALEXANDRE FONSECA

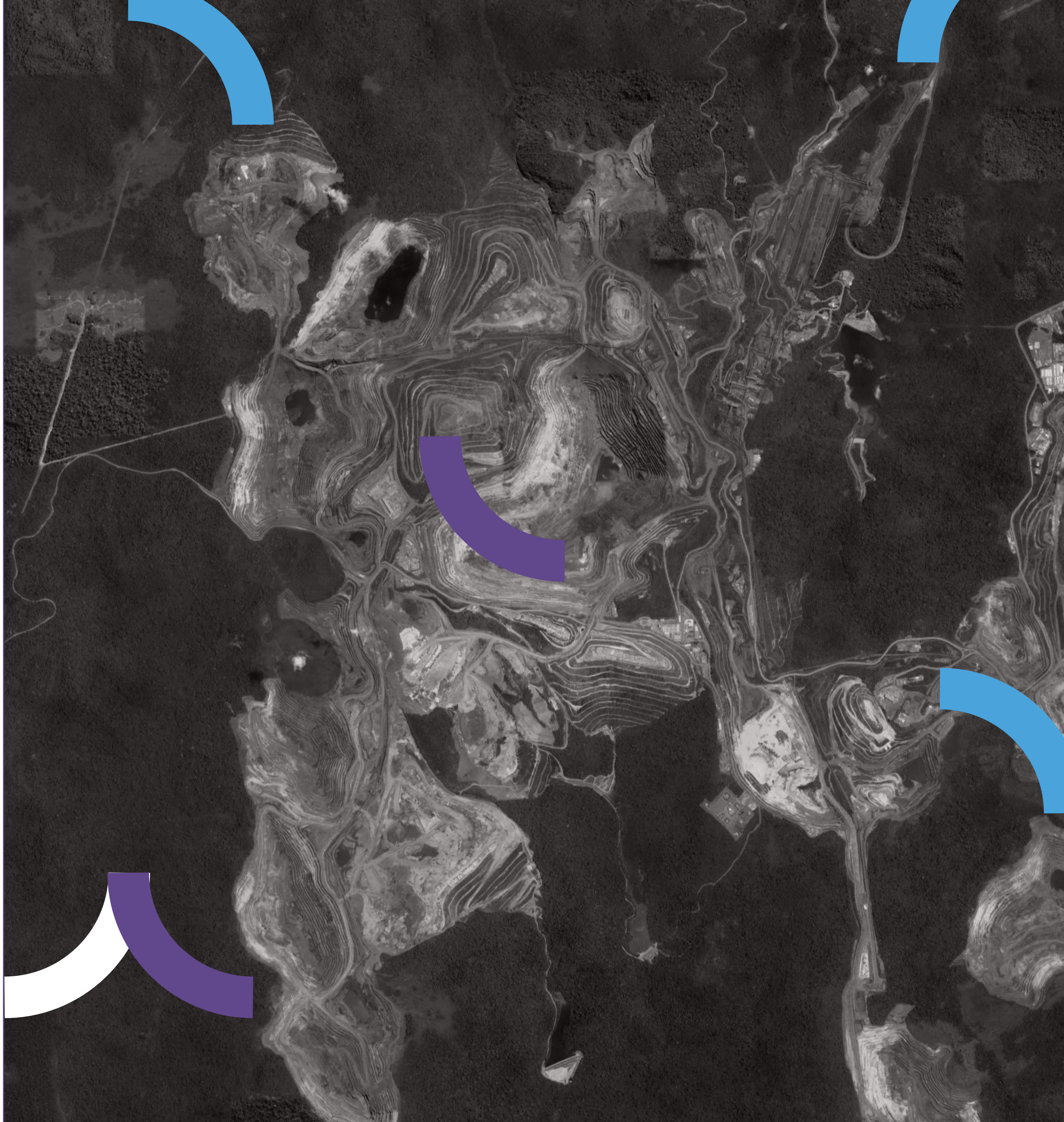
Recebeu menção honrosa no Prêmio Capes 2025, na área de Economia.



PROFESSOR DA UFOB

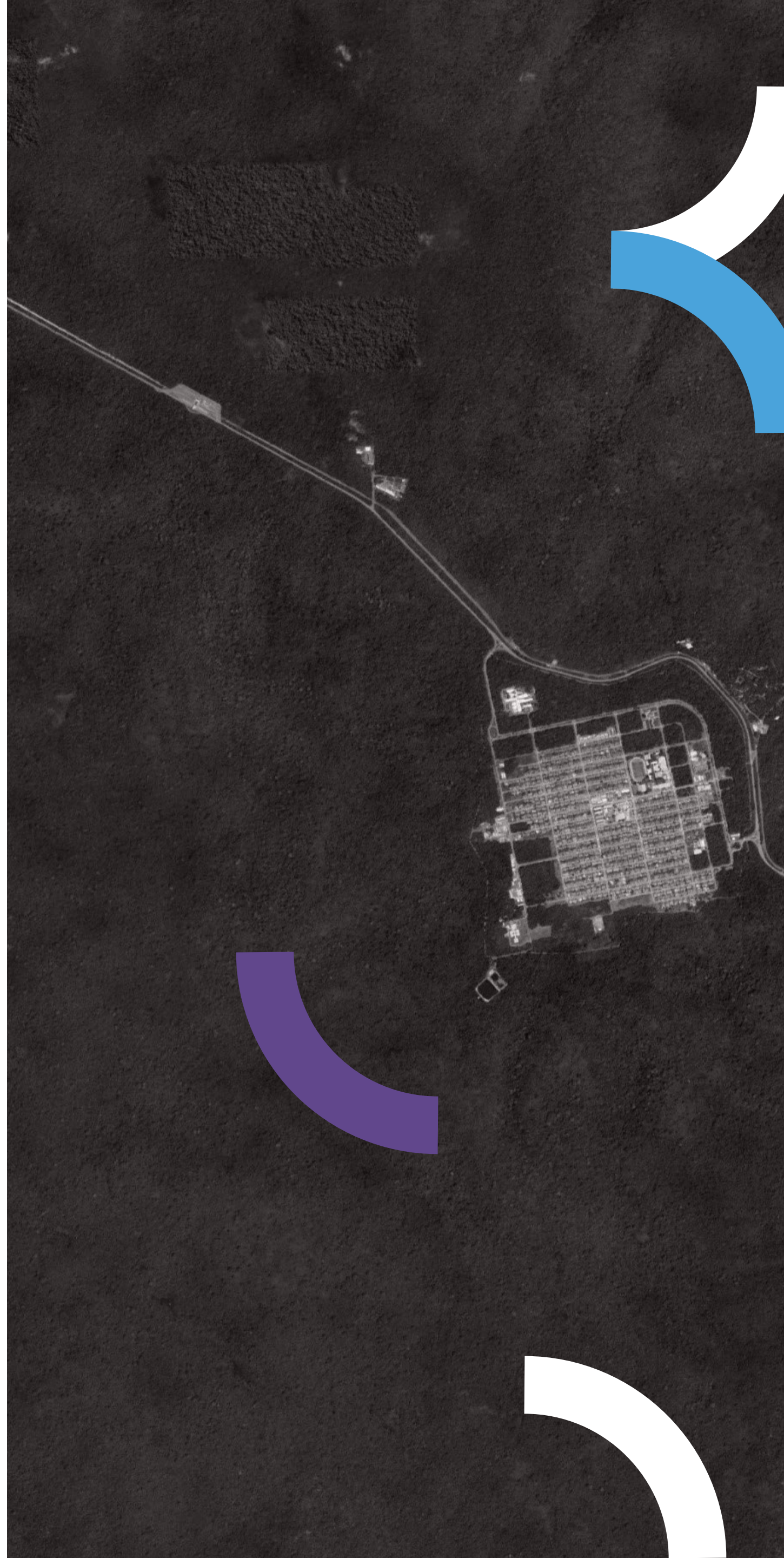
LUDGERO BARROS

Tomou posse como professor de Engenharia Econômica na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).



COMUNICAÇÃO

4





JORNAIS ESTRANGEIROS COMO LE MONDE, FINANCIAL TIMES E EL PAÍS

citaram os estudos do Escolhas em suas reportagens.

FINANCIAL TIMES

Corrida ilegal do ouro atrai PCC e Comando Vermelho e se espalha pelo mundo

Aumento histórico de preços gera interesse de criminosos em mineração que vai da Amazônia ao Sudão

Menu Ukraine Liban International Planète Politique Société Économie Idées Culture Le Goût du Monde Sciences Sport S'abonn

ECONOMIE • BRÉSIL

Au Brésil, un fournisseur d'Apple, Nvidia et Tesla mis en cause pour avoir acheté de l'or extrait illégalement en Amazonie

Le média d'investigation brésilien « Reporter Brasil » a révélé que la raffinerie italienne Italtrezioli a acheté de l'or provenant d'un réseau clandestin. Une pratique qui a « longtemps été courante dans le pays ».

Par Anne-Dominique Correa (Rio de Janeiro, correspondance)
Publié le 27 juin 2025 à 10h30 · Lecture 1 min.

EL PAÍS 50 Opinión SUSCRIBETE MARCELO COPPOLA

COLUMNA >

Mucho cuidado con la soja de Brasil

El grano que se exporta al mundo se produce a costa de grandes cantidades de pesticidas y de la destrucción de biomas como la Amazonia

Terreno deforestado para plantar soja junto a la selva amazónica en el Estado brasileño de Pará. BRAZIL PHOTOS (LIGHTROCKET VIA GETTY IMAGES)

17 ARTIGOS PUBLICADOS

Buscar Valor Opinión Marcelo

A perda de eficiência do modelo de produção da soja

Já passou da hora de o país passar a investir todos os seus esforços em uma transição para modelos produtivos mais sustentáveis e biodiversos

Por Jaqueline Ferreira, Juliana Luiz e Luis Barbieri
10/06/2025 05h01 · Atualizado há 6 meses

Presentear matéria

CORREIO BRAZILIENSE Opinião

ENERGIA

Não queremos um cemitério de minas abandonadas

Em um contexto de transição energética, em que se vislumbram novos projetos de minerais críticos e estratégicos, a discussão sobre a recuperação das áreas degradadas não pode ficar de fora

CORREIO BRAZILIENSE Opinião

ARTIGO

O Nordeste não pode virar deserto

Quarenta por cento da extensão da Caatinga encontra-se sob risco de virar deserto se nada for feito para estancar o esgotamento dos seus recursos. Se isso ocorrer, será por nossa única e exclusiva responsabilidade

JOTA Buscar no JOTA

Plantio do cânhamo: oportunidade que não pode ser desperdiçada

Demanda por medicamentos à base de cannabis medicinal no Brasil pode crescer 494% até 2030

Rafael Giovanelli
01/08/2025 | 05:00

Buscar Valor Opinión

O baixo acesso à assistência técnica e a vulnerabilidade da agricultura familiar à crise climática

A assistência técnica e extensão rural (Ater) é essencial para promover mudanças nas formas de produzir, adequação das atividades produtivas às exigências legais e o acesso dos produtores a mercados, políticas públicas e direitos

Por Jaqueline Ferreira e Marco Teixeira
29/07/2025 16h26 · Atualizado há 7 meses

Presentear matéria



ARTICULAÇÃO E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL





Em junho, no jornal Correio Braziliense, Larissa Rodrigues participou de debate com representantes do poder público, do setor mineral e da sociedade civil sobre “Os desafios da agenda de minerais estratégicos para o Brasil”

Em outubro, também no Correio Braziliense, Larissa Rodrigues debateu com autoridades e especialistas a necessidade de controles sobre o uso do mercúrio na extração de ouro no Brasil

CONTROLES SOBRE O USO DE MERCÚRIO E O FUTURO DA EXTRAÇÃO DE OURO NO BRASIL

Larissa Rodrigues
diretora do Instituto Escolhas



Juliana Luiz participou, em setembro, de debate sobre “A soja e os desafios da transição da agricultura brasileira”, que reuniu especialistas e entidades do setor rural.



Rafael Giovanelli com o deputado federal Pedro Campos, que relatou o PL 1990/2024 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados



Larissa Rodrigues e Junior Yanomami, da URIHI Associação Yanomami, na COP6 da Convenção de Minamata, realizada em Genebra (Suíça), em novembro

Em dezembro, Jaqueline Ferreira participou de debate sobre ATER na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) em Brasília



Equipe da consultoria Biodendro, parceira do Escolhas, na região do Seridó, no Rio Grande do Norte, em trabalho para estruturar proposta de recuperação de áreas desmatadas na Caatinga



A SOJA E OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Juliana Luiz
gestora de Pesquisa do Instituto Escolhas

Meta ABC+: Aumento de 4,5 milhões em SP/D e 8 milhões de hectares em Plantio Direto em grãos



Conferência Temática de ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL





Em novembro, Larissa Rodrigues participou da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, em Belém (PA)



Jaqueline Ferreira no painel “ATER e transição climática justa nos sistemas alimentares” na COP30



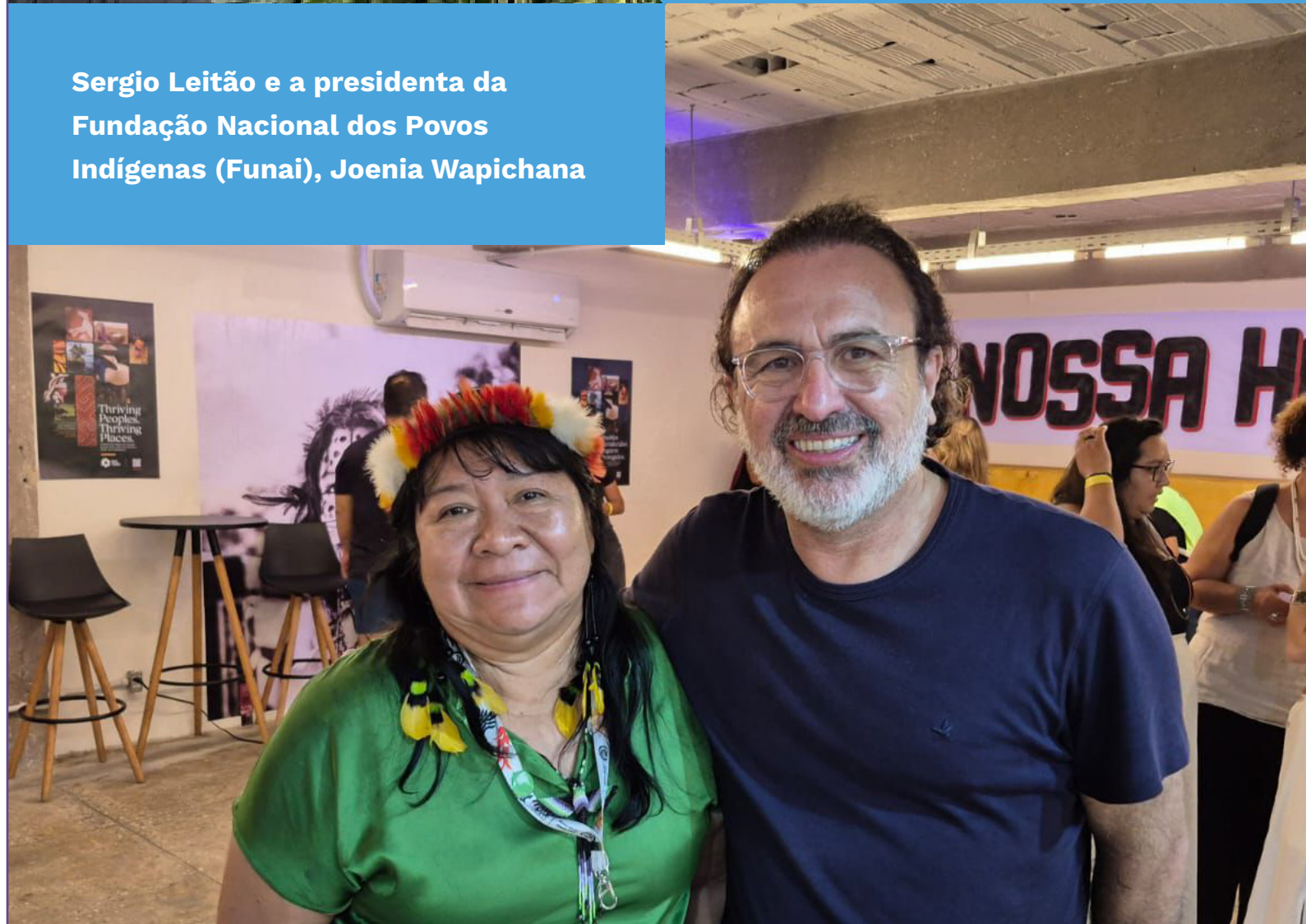
Em agosto, Sérgio Leitão participou do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em Manaus



Larissa Rodrigues participou, em novembro, da Expominério, realizada em Cuiabá (MT)



Na COP30, Juliana Luiz no debate “Financiamento equitativo e baseado em direito para transformação dos sistemas alimentares”



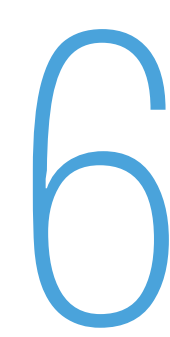
Sergio Leitão e a presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana



Rafael Giovannelli com os participantes do evento de lançamento da Calculadora Climática dos Povos Indígenas na COP30



PROCESSOS INSTITUCIONAIS





Confira nosso documento de Demonstrações Contábeis 2025

Acesse o link:
escolhas.org/transparencia



INSTITUTO
ESCOLHAS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2025

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2025

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2025

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2025